



Publicado no D.O.E. Nº 32570
de 27/01/14, à pg. 08
do 5º caderno.

74
102

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS


RESOLUÇÃO Nº 11.353

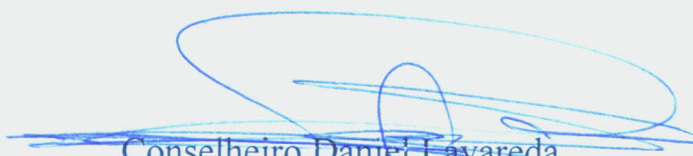
Processo : 201320526-00
Origem : Câmara Municipal de Marituba
Assunto : Consulta
Responsável : Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: C.M. de Marituba. Consulta. Caso concreto. Sem caráter normativo. Repasses ao Legislativo em conformidade com o Art. 29-A, II da CF/88. Regularidade do repasse da Prefeitura referente ao mês de dezembro de 2013, no mesmo valor da média mensal do restante do exercício. Cópia do relatório e voto deve ser encaminhada ao consulente para as providências cabíveis.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em concluir que o repasse encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais legais.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 17 de Dezembro de 2013.


Conselheira Mara Lúcia
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Antônio José, Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e a Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS
5ª CONTROLADORIA

75
Sj

Processo: 201320526-00
Origem: Câmara Municipal de Marituba
Responsáveis: Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Assunto: Consulta

RELATÓRIO

Sr. Conselheiro.

Tratam os presentes autos do processo nº 201320526-00, instaurado neste Tribunal em 29/11/2013, oriundo da Câmara Municipal de Marituba, no qual o Sr. Olenilson Augusto Pinheiro Serrão, presidente daquela Comuna, formula consulta acerca do montante de recursos a serem repassados da prefeitura ao Poder Legislativo municipal no exercício de 2013.

A consulta foi formulada nos seguintes termos:

“Considerando que as contas da prefeitura municipal de Marituba referentes ao exercício de 2012 não foram prestadas na sua integralidade, a assessoria contábil da Câmara Municipal calculou o valor a ser repassado em 2013, com base em demonstrativos de distribuição da arrecadação federal e estadual emitidos pelo banco do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda, assim como em Relatório Resumido de Execução Orçamentária, todos referentes ao exercício de 2012.”

Conforme memória de cálculo apresentada no presente processo de consulta, a assessoria da Câmara concluiu que o valor a ser repassado mensalmente seria R\$ 250.450,00 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta reais). E, segundo o Sr. Olenilson Serrão, assim foi feito até o mês de novembro de 2013, somando R\$ 2.754.950,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais). Valor este, que somado à cota faltante referente ao mês de dezembro de 2013, totaliza R\$ 3.005.400,00 (três milhões, cinco mil e quatrocentos reais).

A indagação que faz o Sr. Olenilson Serrão é se estariam corretos os cálculos apresentados no presente processo e se o valor de R\$ 3.005.400,00 (três milhões, cinco mil e quatrocentos reais) estaria em conformidade art. 29-A, II, da Constituição Federal, considerando que, em seus cálculos, referido valor representa 5,88% da base de cálculo descrita no caput do referido dispositivo constitucional.

É o relatório

Daniel Lavareda
Conselheiro TCM



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS
5ª CONTROLADORIA

Processo: 201320526-00
Origem: Câmara Municipal de Marituba
Responsáveis: Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Assunto: Consulta

VOTO
FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente convém destacar que o capítulo IV, do Regimento Interno deste Tribunal, em seu art. 112 e seguintes, dispõe sobre a possibilidade de responder consultas sobre matéria de sua competência, conforme transcrição a seguir:

Art. 112 - O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, em tese, pelos órgãos ou pessoas sujeitas a sua jurisdição.

Art. 113 - As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas à Presidência, que, ouvidos os órgãos técnicos, se necessário, determinará a distribuição para apreciação do Plenário.

Art. 114 - As consultas, cujas decisões de Plenário forem unânimes, terão caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial do Estado, constituindo-se em prejudgado da tese.

Parágrafo Único - O Plenário por iniciativa fundamentada do Presidente, de Conselheiro, do Ministério Público ou a requerimento do interessado, poderá reexaminar a decisão anterior da consulta originária.

Como se vê do relatório declinado, a consulta formulada trata de matéria referente a repasses do Poder Executivo ao Legislativo, sendo, portanto, de competência deste Tribunal sua fiscalização, o que supera a exigência do art. 112, primeira parte. Entretanto, a consulta não foi vazada em tese, impedindo, a priori, manifestação deste Órgão pelo proibitivo legal expresso na segunda parte mesmo dispositivo regimental.

Ocorre, que uma das missões dos Tribunais de Contas é a didática, no sentido de promover as devidas orientações técnicas relacionadas à gestão de recursos públicos e, considerando que a consulta originou-se por provocação do Poder Legislativo de Marituba, no tratamento de achados surgidos por ocasião dos trabalhos de diligência realizada naquele município no período de 07 a 18/10/2013. E, ainda, visando prevenir a malversação de recursos públicos, o descumprimento da conformidade legal e o conflito de gestão entre os poderes Executivo e Legislativo, enfrente o tema.

A matéria trata da transferência de recursos do Poder Executivo ao Legislativo, disciplinada no art. 29-A, da Constituição Federal, conforme transcrição a seguir:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das

Daniel Lavareda
Conselheiro TCM



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS
5ª CONTROLADORIA

Processo: 201320526-00
Origem: Câmara Municipal de Marituba
Responsáveis: Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Assunto: Consulta

transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

Portanto, a base para o cálculo do limite de despesas do Poder Legislativo Municipal e consequente limite de transferências de recursos do Poder Executivo, em um determinado exercício, compõe-se da receita arrecadada no exercício imediatamente anterior, proveniente de:

- Receita Tributária:

- Impostos: IPTU, ITBI, ISS e IRRF;
- Taxas;
- Contribuições de melhoria;
- Receita da dívida ativa tributária;
- Juros e multas da receita e da dívida tributárias.

- Receitas de transferências:

- Transferências da União: FPM, ITR, IOF sobre ouro, ICMS desoneração das exportações e CIDE;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS
5ª CONTROLADORIA

Processo: 201320526-00
Origem: Câmara Municipal de Marituba
Responsáveis: Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Assunto: Consulta

- Transferências do Estado: ICMS, IPVA e IPI exportação.

Referida receita é usualmente auditada pelo Setor Técnico deste Tribunal, através dos extratos bancários e declaração de arrecadação da receita tributária própria, utilizando-se também, subsidiariamente, dos demonstrativos de distribuição da arrecadação federal e estadual emitidos pelo Banco do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda.

De posse da base de cálculo, aplica-se um dos percentuais definidos no referido dispositivo constitucional, que no caso de Marituba, para 2013, é de 6%, haja vista que, segundo o censo de 2010, a população contava 108.246 habitantes. Desta forma, obtêm-se o valor limite, ou seja, o teto para despesa do Poder Legislativo Municipal e transferências do Executivo.

Vale ressaltar que o referido teto para as despesas do Poder Legislativo somente deixará de prevalecer, quando a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual for inferior ao mesmo, caso em que o teto de despesas do legislativo e transferências do executivo é a despesa fixada em Orçamento.

Vê-se, portanto, que a base de cálculo depende da auditoria das contas do exercício anterior. Ocorre, que até a presente data a prestação de contas da prefeitura municipal de Marituba, referente ao exercício de 2012, ainda não foi remetida a este Tribunal na sua integralidade. E, por esse motivo, o Setor Técnico ainda não concluiu os trabalhos de análise, com as devidas aferições da receita através de extratos bancários, o que impede a elaboração da base de cálculo do limite de despesas do Poder Legislativo Municipal e consequente limite de transferências de recursos do Poder Executivo da forma usualmente praticada no meio técnico desta Corte.

Considerando tal fato, recorreu-se ao levantamento de dados da receita de 2012 nos mesmos moldes apresentados no processo de consulta, ou seja, com base nos demonstrativos de distribuição da arrecadação federal e estadual emitidos pelo Banco do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda, assim como em Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2012.

CONCLUSÃO

Procedidos os levantamentos, foi detectada apenas uma desconformidade em relação à memória de cálculo apresentada pelo Sr. Olenilson Serrão, que se refere à contabilização das transferências federais referentes ao 1º bimestre de 2012, por não terem sido consideradas as últimas cotas do referido bimestre.

Desta forma, conforme demonstrativo a seguir, foram aferidos os valores apresentados



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS
5ª CONTROLADORIA

Processo: 201320526-00
Origem: Câmara Municipal de Marituba
Responsáveis: Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Assunto: Consulta

no processo de consulta, concluindo-se que o valor de R\$ 3.005.400,00 (três milhões, cinco mil e quatrocentos reais), representa 5,82% da base de cálculo descrita no caput do art. 29-A, da Constituição Federal, em cumprimento ao inciso II, do mesmo dispositivo constitucional.

MARITUBA – 2013 – TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO	CÂMARA	TCM
1.1. Receita Própria (2012)	8.014.739,14	8.014.739,14
1.1.1. Receita Tributária:	6.828.416,88	6.828.416,88
1.1.1.1. IPTU	721.264,96	721.264,96
1.1.1.2. ISS	3.383.332,58	3.383.332,58
1.1.1.3. ITBI	1.419.444,40	1.419.444,40
1.1.1.4. Taxas		
1.1.1.5. IRRF	309.099,57	309.099,57
1.1.1.6. Outras Receitas Tributárias	995.275,37	995.275,37
1.1.1.7. Contribuições de Melhoria		
1.1.2. Dívida Ativa Tributária:	1.186.322,26	1.186.322,26
1.2. Transferências Estaduais (2012)	17.326.941,60	17.326.941,60
1.2.1. ICMS (Art. 158/CF):	15.719.065,03	15.719.065,03
1.2.2. IPI Exportação (Art. 159/CF):	601.359,89	601.359,89
1.2.3. IPVA (Art. 158/CF):	1.006.516,68	1.006.516,68
1.3. Transferências Federais (2012)	25.733.887,05	26.331.729,41
1.3.1. FPM (Art. 159/CF):	25.450.230,81	26.026.390,38
1.3.2. ACRÉSCIMO/REDUÇÃO – lei compl. 91/97 (art. 159/cf) +/- (fpm):		
1.3.3. IOF – ouro (art. 153, § 5º/cf):		
1.3.4. ITR (art. 158/cf):	1.055,77	1.068,22
1.3.5. ICMSdeson – lei complementar 87/96 – lei kandir (art. 158/cf):	173.552,94	189.330,48
1.3.6. IRRF (art. 158/cf):		
1.3.7. CIDE (art. 159, iii/cf):	109.047,53	114.940,33
BASE DE CÁLCULO PARA TRANSF. AO LEGISLATIVO EM 2013 (1.1 + 1.2 + 1.3)	51.075.567,79	51.673.410,15
VALOR MÁXIMO A SER TRANSFERIDO EM 2013 (6% DA BASE DE CÁLCULO)	3.064.534,07	3.100.404,61
VALOR MÁXIMO A SER TRANSFERIDO MENSALMENTE EM 2013	255.377,84	258.367,05
MÉDIA MENSAL TRANSFERIDA NO PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2013	250.450,00	250.450,00

MARITUBA – 2013 – TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO	CÂMARA	TCM
VALOR TRANSFERIDO DA PM À CM ATÉ NOVEMBRO DE 2013	2.754.950,00	2.754.950,00
VALOR A SER TRANSFERIDO À CM EM DEZEMBRO (Conforme a média mensal)	250.450,00	250.450,00
PREVISÃO DO TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS EM 2013	3.005.400,00	3.005.400,00
PERCENTUAL DA BASE DE CÁLCULO TRANSFERIDO EM 2013 (Limite 6%)	5,88%	5,82%

Os repasses encontram-se também em consonância com a Lei Orçamentária Anual, a qual fixa despesas para o Poder Legislativo Municipal na ordem de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais).

Conclui-se, portanto, que o valor de R\$ 250.450,00 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e cinquenta reais) a ser transferido da prefeitura à Câmara de Marituba, no mês de dezembro de 2013, totalizando repasse anual no montante de R\$ 3.005.400,00 (três milhões, cinco mil e quatrocentos reais), encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais e legais.

Ressalte-se que, por se tratar de consulta em caso concreto, a presente resposta não tem

80
m



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS
5ª CONTROLADORIA

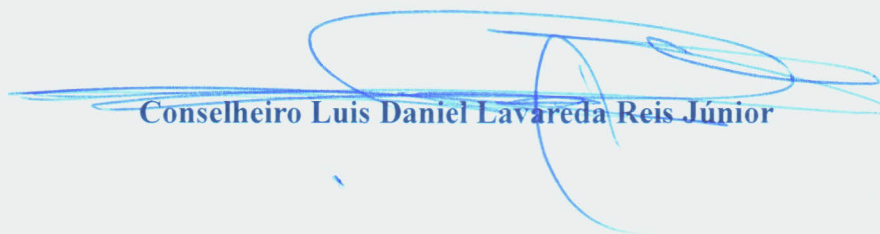
Processo: 201320526-00
Origem: Câmara Municipal de Marituba
Responsáveis: Olenilson Augusto Pinheiro Serrão
Assunto: Consulta

caráter normativo e, ainda que seja aprovada à unanimidade, não constitui prejudgado, ao teor do que dispõe o já citado art. 114 do Regimento Interno deste Tribunal.

Cópia do relatório e voto deve ser encaminhada ao consulente para as providências que entender cabíveis.

É o voto.

Belém, 17 de dezembro de 2013.



Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior